

CAPITAL SOCIAL E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO FORMAL: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA ENTENDER A DINÂMICA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ANAGÉ-BA

Social Capital and its interfaces with formal education: theoretical elements to understand the dynamics of the Família Agrícola School at Anagé, Bahia

Gabriela Silveira Rocha¹

Resumo

A pesquisa realizada no município baiano de Anagé na Escola Família Agrícola, elucida os mecanismos e as estratégias que a escola estabelece com as demais esferas da vida social e como as relações de cooperativismo, confiança, normas de condutas geram um capital social favorável à escola e ao local. A partir do estudo dessas relações, foi possível analisar os elos por meio dos quais os indivíduos e a comunidade escolar se integram à divisão social do trabalho e desvendar as particularidades dessa inserção com a educação e o capital social. O artigo apresenta os pressupostos teórico-conceituais do capital social, e os resultados das práticas democráticas da Escola Família Agrícola e como a educação formal pode contribuir com o capital social e o desenvolvimento local.

Palavras – chave: Educação. Capital Social. Desenvolvimento Local.

Abstract

The research conducted in the Bahia municipality of Anagé, at the Família Agrícola School, elucidates the mechanisms and strategies that the school establishes with the other spheres of social life, and how the relations of cooperativism, confidence, and norms of conduct generate a social capital favorable to the school and to the location. From the study of these relationships, it was possible to analyze the links through which individuals and the school community are integrated into the social division of labor and to unravel the particularities of this insertion with education and social capital. The article presents the theoretical and conceptual assumptions of social capital and the results of the democratic practices of the Family School and how formal education can contribute to the social capital and local development.

Keywords: Education. Social Capital. Development.

¹ Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Geografia do Brasil pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ) e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contato: gabriellasrocha@yahoo.com.br

Capital social e suas interfaces com a educação formal: elementos teóricos para entender a organização da Escola Família Agrícola de Anagé, Bahia

A noção de capital social surge com a ciência política, que tinha como princípios as proposições de Tocqueville, para se referir à capacidade da sociedade em se auto-organizar. O conceito de capital social ganhou relevância no meio acadêmico com a publicação, em 1923, da obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, de Robert Putnam, a qual analisava as transformações da terceira Itália. O trabalho de Putnam foi um dos pioneiros a relacionar o conceito de capital social às teorias de desenvolvimento. O conceito de capital social teve sua origem em 1970, quando os sociólogos analisaram o mercado de trabalho e as novas formas de organização da economia. Mas, tal conceito só teve repercussão quando Putnam associou o conceito de capital social aos fenômenos políticos e econômicos, conforme expõe Muls (2008, p. 7):

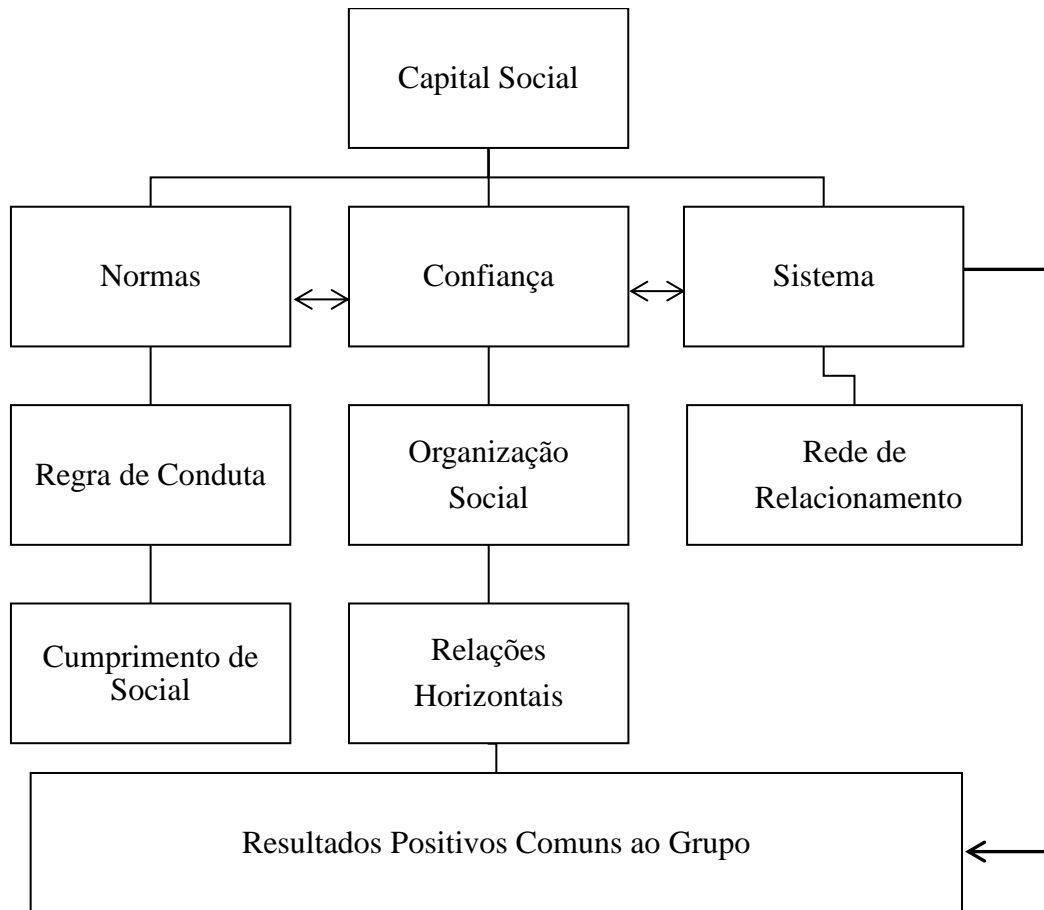
[...] Para Putnam a mediação micro-macro-micro, ou seja, partindo-se de fundamentos comportamentais, o micro é analisado como estes comportamentos influenciam o desempenho agregado e voltando deste nível agregado para o indivíduo, num mesmo mecanismo de retroalimentação que cria um círculo virtuoso entre comportamento social (normas, valores, hábitos políticos, etc.), desempenho macro (seja o bom desempenho político, econômico ou institucional), aumento do capital social de uma comunidade ou região para novamente retornar ao comprometimento dos agentes com as normas sociais e comportamento preestabelecidos, por sua vez criando mais capital social.

Putnam (2002, p. 177) define, ainda, que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. O argumento de Putnam é o de que regiões que têm uma forte tradição de engajamento cívico (elevado toque de capital social) conseguem acionar mecanismos que melhorem o desempenho das comunidades, como ilustra a Figura 1, a seguir.

Para Putnam, a confiança é um elemento basilar do capital social e promove cooperação entre os indivíduos que formam uma comunidade. À confiança somam-se as normas e o sistema de participação (associações, cooperativas etc.) – elementos que juntos fortalecem o capital social, promovendo benefícios para a comunidade como um

todo. Isso porque os laços de cooperação e o(s) objetivo(s) que envolve(m) o grupo reforçam o capital social, evitando comportamentos negativos baseados na desconfiança, omissão, exploração, desordem que tende a surgir desequilibrando a colaboração existente.

Figura 1 – Elementos Fundantes do Capital Social segundo Robert Putnam



Fonte: Organizado pela autora, com base em Putnam (2002, p. 177).

A norma e a cooperação existentes em uma rede sistêmica formada por atores sociais engendram laços de associativismo que vão resultar em um bem comum à comunidade. Sobre isso, Putnam (2002) argumenta que a capacidade de organização de uma comunidade ou de seus atores sociais associados ao cooperativismo, ao associativismo e à solidariedade constituem elementos propícios para promover o desenvolvimento. Tal desenvolvimento é percebido quando são comparadas as famílias que têm sua tradição estruturada no capital social, e conseguem lograr êxito, em relação a famílias que estão em condições opostas. Ferrari (2003, p. 17) ainda esclarece que

[...] O capital social é definido pela sua função. Ele está sempre presente quando houver uma característica na organização social que, intencionalmente ou não, potencializa o trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes como resultados produtivos. Por exemplo, a confiança mútua permite que uma sociedade possa usufruir os ganhos de produtividade, oriundos da divisão do trabalho, sem que os custos de transação tornem as trocas inviáveis. De maneira, uma regra de conduta que coíba o oportunismo, torna a sociedade mais eficiente visto que menos recursos precisam ser destinados para o cumprimento dos contratos. [...] Dessa maneira, o capital social pode viabilizar a oferta de bens públicos que, de outra forma, não seriam produzidos/ofertados.

No que refere à capacidade de organização e ao sistema de participação, em análise das hipóteses de Putnam sobre as diferenças regionais entre o norte e sul da Itália, Ferrari (2003, p. 27) esclarece que

[...] Só conseguem acumular capital social aqueles que já têm uma longa tradição de solidariedade, cooperação e associativismo. Nas regiões do norte da Itália que tinham tradição de atitudes positivas face à vida coletiva mais democrática e liberal foram justamente aquelas que se desenvolveram nos últimos 20 anos, ao contrário das que não tinham essa tradição, que continuam amargando no atraso.

Bandeira (1999, p. 20) reitera que

[...] Fazem parte do capital social, portanto, os traços culturais característicos de uma comunidade que contribuem para fazer que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Incluem-se aí, por exemplo, as redes de relações interpessoais e os sentimentos de confiança mútua entre os indivíduos que constituem essa comunidade, que tornam possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade.

Conforme o exposto, o capital social representaria uma alternativa para a comunidade se articular e participar das tomadas de decisões que antes eram feitas de forma vertical. Dessa forma, o capital social contribui para que os membros da comunidade/atores sociais se tornem propensos a buscar alternativas que resolvam problemas comuns a comunidade, uma vez que a confiança existente entre os indivíduos favorece e gera ações conjuntas que resultam em proveito da coletividade.

Entretanto, vale ressaltar que vários estudos realizados por cientistas sociais abordam de formas distintas o conceito de capital social. Logo, buscar uma única definição para o conceito não é uma tarefa fácil. O Quadro 1, a seguir, apresenta, de forma cronológica, a evolução conceitual de capital social.

Quadro 1 – Autores e definições sobre o capital social

Ano	Autor(es)	Definições
1998	Narayan	Capital social [...] são normas e relações sociais embebidas na estrutura social da sociedade que possibilita às pessoas coordenar ações e atingir metas desejadas (1998, p. 6).
2002	Putnam	O capital social diz respeito a características da organização social , como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (2002, p. 177).
2000	Woolock	[...] capital social refere-se a normas e redes que possibilitam às pessoas agirem coletivamente (2000, p. 226).
2001	Fukuyama	O capital social consiste de normas ou valores compartilhados entre um grupo de pessoas que promove cooperação e confiança entre eles; [...] (2001, p. 6).
2001	Bagnasco	O capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseada numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em forma de organização social às quais novos rumos podem ser dados. A família, as associações e as redes comunitárias são, nesse sentido, vistas como recursos para o desenvolvimento (2001, p. 359).
2003	Mayer	O capital social é baseado em redes horizontais de reciprocidade e confiança, e produz resultados positivos (2003, p. 125).

Fonte: Organizado pela autora, com base em Pereira (2007, p. 104, destaques nosso).

Portanto, vale explicitar que as discussões sobre o conceito de capital social são múltiplas, portanto não há uma única definição para o termo. De modo geral, o capital social se refere à capacidade que um grupo de pessoas de um dado lugar ou região tem em se organizar em torno de um objetivo comum. E para que esse objetivo seja atingido, cada pessoa deve subordinar seu(s) interesse(s) em prol do objetivo coletivo.

Conforme demonstrado, há em comum cinco elementos presentes nas definições de capital social, sendo eles: a sociedade, a organização social, as normas, a cooperação e a confiança. Diante disso, o conceito de capital social estabelecido na pesquisa perpassa a articulação desses elementos. E o conceito que mais se aproxima dessa articulação é definido por Pereira (2007), com base nas contribuições de Putnam, que compartilha a ideia de que o “capital social é definido, de forma sintética, em termo de redes, normas e valores, e a forma como estes permitem agentes e instituições serem mais efetivos em alcançar objetivos comuns” (PEREIRA, 2007, p. 103). Ou seja, o conceito de capital social adotado é de um bem público e coletivo, que está inserido na estrutura social, sendo capaz de beneficiar um grupo como um todo. Para Vale (2007, p. 64), o capital social “age como indutor de democracia e de desenvolvimento econômico e, estando ligado a certas características da organização social [...] contribui para aumentar a eficiência da sociedade”. Dessa forma, pode-se perceber que os cinco elementos, quando articulados, alcançam objetivos comuns e representam uma estratégia corporativa e um propulsor do desenvolvimento econômico. Melo (2008, p. 270), ao explicar a relação entre o capital social e o desenvolvimento local, acrescenta que

[...] O capital social é um bem público que tem por objetivo estabelecer a coordenação e a governança do núcleo de produção através das interações contínuas e compromissos sociais que vão se constituindo entre os indivíduos. O principal aspecto do capital social é a confiança, condição essencial para a cooperação e a formação de redes de relacionamentos, através de associações e cooperativas de pequenos produtores e empresas, facilitando dessa forma o processo de transação do mercado.

Evans e Syrett (2007, p. 53, tradução nossa) reiteram que o “capital social pode ser concebido como uma forma de capital comparável a outras formas de capital dentro do processo de desenvolvimento econômico”. Para elucidar como o capital social pode promover o desenvolvimento, Pereira (2007) explica que o capital social inserido num ambiente onde há práticas colaborativas e participativas pode conduzir uma comunidade ao desenvolvimento econômico e social. Tal perspectiva ocorre quando os atores sociais conseguem interagir com o governo para analisar os fenômenos e fatores locais, a fim de promover o desenvolvimento local. Nesse sentido, “o capital social é o elo que une as condições internas locais e que possibilitará o desenvolvimento da comunidade”

(PEREIRA, 2007, p. 113), pois a colaboração entre os indivíduos e as empresas pode promover ações conjuntas e de complementaridade produtiva.

Outro elemento que deve ser destacado é a presença da sinergia entre as pequenas empresas e a comunidade local, essa relação constitui importante estratégia de desenvolvimento para o local, porque fortalece a descentralização política e promove a existência de sistemas horizontais.

Sobre as relações horizontais, Pereira (2007, p. 105) argumenta que os “sistemas horizontais agregam agentes e atores sociais que possuem o mesmo *status* e poder, promovem sólidas regras de reciprocidade, facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informação sobre a compatibilidade do indivíduo”. Putnam (2002), por sua vez, faz a distinção entre sistema vertical e sistema horizontal na organização da sociedade civil. O autor esclarece que no sistema vertical as relações existentes entre os atores sociais são de hierarquia e de dependência. No sistema horizontal, as relações se estabelecem por meio de laços de cooperação e confiança.

O fortalecimento da cooperação e da confiança entre as pessoas eleva o aumento de uma consciência coletiva e, em decorrência disso, os agentes envolvidos atuam de forma colaborativa para promover alterações de ordem econômica. A mobilização e a organização dos saberes quando articulados à emancipação social e política evidenciam uma aproximação de modelos gerenciais voltados para uma gestão democrática e participativa, envolvendo políticas de austeridade e desregulação.

Nesse sentido, o capital social representa não somente normas e valores existentes entre grupos e indivíduos, que por meio da cooperação coletiva podem coordenar ações e alcançar metas, mas é, antes de tudo, uma ligação entre o sistema local e sua governança, que por meio dessa articula formas democráticas.

Muls (2008) explica, finalmente, que o conceito de governança tem ganhado abrangência na literatura sobre desenvolvimento local, na medida em que tem enfatizado a necessidade de se criar uma nova interface entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil, com o intuito de se promover não apenas o desenvolvimento, mas a sua descentralização e melhor distribuição regional.

A expressão governança ‘*governance*’ teve origem na década de 1980, nos Estados Unidos, com as teorias das firmas e também na ‘governança corporativa’ quando o Banco Mundial começou a questionar e a buscar uma forma eficiente de como o Estado poderia

abranjer as dimensões sociais à gestão pública. Posteriormente, tal expressão foi discutida na Inglaterra e se expandindo por toda a Europa, chegando ao Brasil nas últimas décadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em análise do documento do Banco Mundial *Governance e Development*, a definição de governança passou a ser articulada à ideia de poder, governar e de saber administrar recursos sociais e econômicos, a fim de promover o geral desenvolvimento. No entanto, vale ressaltar que, assim como o capital social, a definição de governança é abrangente e frequentemente empregada em vários ramos da ciência social, a exemplo da Administração de Empresas. De acordo com a IBGC (2009, p. 32), “a governança corporativa está relacionada à prática e aos relacionamentos entre os acionistas/contistas, conselhos de administração, diretoria, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital”, ela surge com a teoria econômica tradicional e ganha adesão na gestão de empresas. Conforme Cassiolato e Lastres (2002, p. 13-14), o termo capital social foi utilizado primeiramente para “descrever mecanismo de coordenação e controle de redes internas e externas às empresas, estando referenciado ao grau de hierarquização das estruturas de decisões das organizações”.

Cassiolato e Lastres (2002, p. 13-14), ainda esclarecem que posteriormente o termo foi utilizado para designar,

[...] processos complexos de decisões levando a: repartição de poder entre governantes e governados, descentralização de autoridades e das ligadas ao ato de governar, bem como parcerias entre o público e privado; conjunto de redes organizadas, gestão das interações, sistema de regulação e mecanismos de coordenação e negociações entre atores sociais.

Como foi exposto previamente, a governança não se restringe aos conteúdos gerenciais, administrativos e ao funcionamento do Estado e das empresas, mas, como propõe Santos (1997, p. 342), a governança também se refere

[...] a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras dos sistemas econômicos, ‘incluindo’ não apenas

os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressões, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes, cidadãos locais, trabalhadores) de diversas associações de diversos tipos.

Entretanto, vale destacar que a análise da governança adotada na pesquisa está voltada para práticas que articulam a equidade social, direitos humanos ao desenvolvimento e crescimento econômico com vistas a fundamentar os elementos tangíveis que respaldam a descentralização do Estado e as relações de poder e gestão, uma vez que a governança é representada por dois tipos de poder na tomada de decisão: a centralizada e a descentralizada.

Conforme Cassiolato e Lastres (2002), a governança centralizada se baseia na relação verticalizada observada nas grandes empresas, na qual a autoridade é claramente internalizada dentro da empresa que é capaz de coordenar as ações para o local. E a governança descentralizada é sustentada em relações horizontais, na qual é marcada pela forte intensidade de relações entre um amplo número de agentes, onde todos têm a mesma participação.

A governança pauta-se nas relações de poder horizontais contribui para que os membros se tornem propícios a colaborar na solução de problemas existentes no local. Desse modo, a participação da sociedade civil e a articulação de atores sociais podem promover ações relacionadas ao desenvolvimento do local por meio de práticas criativas e ações empreendedoras, como é o caso da Escola Agrícolas de Anagé (EFA) que surge com a capacidade criativa e da inovação dos atores sociais em propor projetos a serem executados na e pela comunidade.

Caminhos da Pesquisa: a busca pelo capital social na Escola Família Agrícola de Anagé

Para explicar a relação do capital social e da educação com a melhoria da qualidade de vida das famílias da EFA, buscou-se investigar a participação e o posicionamento dos atores sociais e coletivos envolvidos com a escola.

Foram realizadas visitas para observar a dinâmica e a estrutura da escola, e entrevistas com dois gestores, quatro professores, oito alunos e três funcionários da EFA.

Nas questões de entrevista buscou respostas sobre elementos que estavam relacionados ao papel da escola no desenvolvimento do local, informações sobre a pedagogia da escola, na tentativa de entender a relação uso/trabalho/atividade-familiar/gestão do/no território, além de investigar situações que permitem mensurar o capital social (nível de cooperação e confiança, participação cívica e rede de relações) no território local e entre os sujeitos da EFA.

A dimensão subjetiva como as histórias vida dos sujeitos, a percepção da qualidade de vida de acordo com os valores, e as expectativas, foram de fundamental importância para analisar os agricultores e como esses associaram a perspectiva endógena, ao capital social, ao cooperativismo e associativismo e à descentralização política mencionadas na seção anterior. Essas informações foram interpretadas, transcritas e estão sistematizadas nas seções seguintes.

Do contexto educacional dos agricultores do Brasil ao caso da Escola Agrícolas de Anagé

As propriedades do campo na atualidade têm concentrado um número significativo de jovens e adultos, devido as transformações ocorridas no campo a partir da década de 1980, isto é, a diversificação de serviços, o aparecimento de novos fixos, as novas ruralidades decorrente de novas funções que o campo passou a ter em virtude da aproximação do campo com a cidade, da criação de políticas públicas que valorizam a agricultura familiar; trata-se de mudanças que afetaram a vida no campo e fizeram com que o homem se fixasse em suas unidades familiares. Frente a esse processo, Silva (1997, p. 43) também acrescenta que

[...] o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos.

Além do mais, com o fim do êxodo rural vivido no país na década de 1970, período marcado pela migração campo-cidade, o agricultor está se adaptando às novas mudanças. Outra dimensão importante é o nível de escolaridade dos seus membros. No Brasil, há uma grande concentração do grupo dos produtores que possuem apenas o ensino fundamental incompleto (42,4%) e, secundariamente, uma concentração dentro do grupo dos não alfabetizados e sem instrução (33,7%), conforme mostra a Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Nível de instrução dos produtores dos estabelecimentos pluriativos e não pluriativos do Brasil

Variáveis	Agricultura familiar		Agricultura não familiar		Total	
	Número de produtores	Proporção (%)	Número de Produtores	Proporção (%)	Número de produtores	Proporção (%)
Ensino superior	97.790	51	47.844	1,5	154.634	2,8
Ensino médio	168.125	8,8	141.709	4,3	309.834	6,0
Ensino técnico agrícola	33.617	1,8	36.023	1,1	69.640	1,3
Ensino fundamental completo	185.646	9,7	250.935	7,7	436.581	8,4
Ensino fundamental incompleto	782.644	41,0	1.409.383	43,2	2.192.027	42,4
Adultos em processo de alfabetização	79.847	42,0	195.468	6,0	275.315	5,3
Não alfabetizados	562.462	29,4	1.184.143	36,3	1.746.605	33,7
Total	1.910.131	100,0	3.265.505	100,0	5.175.636	100,0

Fonte: IPEA (2013, p. 40).

Os 23,9% restantes distribuem-se entre as outras categorias, com uma porcentagem relativa considerável dentro do grupo dos que possuem ensino fundamental completo (8,4%) e uma porcentagem baixíssima dentro do grupo dos que

possuem ensino superior (2,8%). Ao confrontar os dados dos produtores da agricultura familiar e os da agricultura não familiar, observa-se que há uma condição levemente mais avançada entre os primeiros. Entre os produtores de estabelecimentos da agricultura familiar, 51% possuem ensino superior e 8,8% possuem ensino médio, enquanto entre os produtores de estabelecimentos não familiar apenas 1,5% deles possuem ensino superior e 4,3% possuem ensino médio. Entre os agricultores é um pouco maior a concentração nos grupos dos que possuem apenas ensino fundamental incompleto (43,2% contra 41,0%), dos adultos em processo de alfabetização (6,0% contra 4,2%) e dos não alfabetizados e sem instrução (36,3% contra 29,4%). Sobre a questão da escolaridade, o IPEA (2013, p. 40) apresenta a seguinte análise:

Quanto mais o grau de escolaridade dos agricultores aumenta, maiores são as chances de pelo menos parte dos membros das famílias buscar ocupações fora do estabelecimento, não necessariamente por razões econômicas e financeiras, mas por estes membros buscarem ocupações que satisfazem a um estilo de vida ou mesmo como uma estratégia de cada um dos membros de ter remuneração que faça frente à sazonalidade dos rendimentos agropecuários.

Nesse cenário de mudanças comportamentais os agricultores defrontam-se com as transformações econômicas advindas da modernização da agricultura; a integração dos ritmos de vida do campo com o do urbano; a diversificação das atividades do campo; a interseção dos setores da economia; e o desenvolvimento da técnica, tecnologia e comunicação. Fatores como conhecimento e capacidade de aprendizagem estão diretamente relacionados os processos de desenvolvimento econômico, já que “o conhecimento é um recurso utilizado pelas localidades na busca de resultados positivos para sua economia” (MOTA, 2011, p. 60). Hansen (2003, p. 2) explica que:

O conhecimento não atinge apenas os setores da economia, mas toda a sociedade. Agora a educação não se restringe a uma simples passagem pela escola. Cada vez mais ela envolve o desenvolvimento de capacidades para aprender ou re-aprender [sic] em todas as fases da vida. A educação tornou-se, portanto, uma preparação para a vida profissional que, ao se tornar cada vez mais dependente e determinada pelo conhecimento, passou também a estabelecer e a exigir relações de interação entre a escola, a comunidade e o progresso econômico.

Dessa maneira, por meio do perfil de instrução dos agricultores de Anagé-BA, pode-se destacar uma experiência bem-sucedida que envolve o capital social e a educação no município de Anagé, na Escola Família Agrícola (EFA).

A EFA de Anagé, como mostra a Figura 2, destaca-se por não ser uma instituição de ensino comum. O Projeto Pedagógico da escola é voltado para uma organização com normas democráticas e com valorização da confiança e da reciprocidade entre a comunidade escolar, tornando seus membros político e socialmente ativos. A escola fundamenta-se no princípio de que a coesão social pode solucionar problemas da coletividade. Ou seja, o fortalecimento dos atores sociais envolvidos no processo escolar representa uma importante variável para se promover significativas mudanças socioeconômicas locais.

Figura 2 – Imagens da Escola Família Agrícola (EFA) em Anagé



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/ Foto da autora.

Conforme a direção da escola, a Escola Família Agrícola (EFA) de Anagé segue o método da Pedagogia da Alternância², criado na França em 1935 para solucionar problemas relacionados às questões do ensino regular, que levava os adolescentes camponeses a repudiarem a terra. O que foi feito por meio do direcionamento das atividades urbanas para o espaço rural e também fazendo chegar ao campo o

² Na Pedagogia da Alternância o primeiro ambiente é o familiar e a realidade onde vive; interagindo com a escola, o educando compartilha os múltiplos saberes que possui com os demais atores de maneira reflexiva; finalmente aplica o conhecimento e a prática na comunidade agrícola ou faz uso delas em movimentos sociais.

desenvolvimento tecnológico. No Brasil, a Pedagogia da Alternância chegou na década de 1969 no Sudeste do país, primeiramente no Estado do Espírito Santo.

A EFA de Anagé foi fundada em 2002 por representantes de associações de moradores e pequenos agricultores do município com a finalidade de reproduzir a cultura local e como alternativa para o desenvolvimento local/rural. A instituição é mantida por convênio firmado entre o Poder público municipal e o governo estadual, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Social (CAR), além de receber contribuições de associados, membros da comunidade.

Para atingir o objetivo de garantir aos jovens locais uma formação voltada para o campo, a EFA de Anagé, baseando-se no conceito de “tripé ação” reflexão-ação ou prática – teoria – prática, busca a integração entre a escola e a família, a fim de tornar o ambiente familiar, também, um espaço de aprendizagem contínuo, no qual os alunos possam relacionar os conteúdos vivenciados na escola com as informações da cultura rural familiar. Segundo o coordenador da instituição, “a escola vê a casa como uma extensão da escola, e a escola como extensão da propriedade familiar” (Coordenador da EFA).

Para atender a esse propósito, o currículo da escola foi composto por disciplinas do ensino regular e disciplinas específicas voltadas para a atividade agrícola. A grade curricular também conta com disciplinas ligadas ao associativismo e cooperativismo. As discussões teóricas e metodológicas dessas disciplinas estimulam a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento do capital humano e a ação coletiva. Estas disciplinas estão no currículo, conforme relata o professor da escola, por “despertar nos sujeitos/alunos a consciência de que eles são protagonistas de seu empreendimento e de que coletivamente a família pode melhorar a sua renda e também pode melhorar a realidade local, ao adotar métodos de trabalho que visam o fortalecimento do capital humano e social” (Professor da EFA).

A EFA possui cinquenta e cinco alunos residentes. Esses alunos, divididos em dois grupos, se revezam a cada quinze dias na permanência diuturna da escola. Ou seja, a cada quinze dias um grupo permanece na escola realizando suas atividades, enquanto o outro retorna para as propriedades familiares, onde vai replicar os conhecimentos adquiridos na escola.

Durante o período em que estão na escola, os alunos são inseridos num clima de

cooperação e reciprocidade, de forma que as atividades são desenvolvidas coletivamente entre todos os membros da comunidade escolar. A organização social, nesse caso, é sustentada por uma rede de cooperação, de regras estabelecidas e da confiança e ação recíproca, valores considerados de fundamental importância para o bom desempenho da instituição.

As disciplinas teóricas são ministradas em sala de aula e as disciplinas práticas ocorrem em ambientes externos à escola. Durante o curso, os alunos seguem um plano de estudos, compartilham com colegas e professores modelos reais de suas propriedades, assistem a aulas teóricas, visitam fazendas e executam as teorias no terreno da escola, como mostra a Figura 3, a seguir.

Ressalta-se que da produção agrícola da EFA, resultante do trabalho dos alunos, uma parte é consumida na alimentação dos próprios alunos, na escola, e o excedente é vendido no mercado local e a receita aplicada na manutenção da própria instituição. Uma vez que a instituição tem como princípio promover qualidade de vida com proteção ao meio ambiente, não utiliza agroquímicos, caso de adubos químicos ou substâncias, primando pela produção orgânica vegetal e animal, sendo as sementes crioulas a base da produção da escola.

Essas metodologias aplicadas na escola repercutem na profissionalização do educando, no intuito de combater o êxodo rural e incentivar a atividade agrícola e pluriativa.

Os professores relatam que os pais dos alunos acreditam que a permanência da juventude no meio rural e a elevação de sua escolaridade são fatores fundamentais, o que permite, entre outras coisas, abrir caminhos para que essa juventude reflita sobre seu próprio futuro.

Assim, a consolidação da agricultura familiar tem repercutido positivamente no estancamento da migração rural-urbana. As famílias de agricultores não veem mais seus filhos se deslocarem para as áreas urbanas em busca de emprego e educação. A escola representa uma alternativa para adolescentes e jovens que pretendem continuar as atividades de seus familiares no espaço rural, ao mesmo tempo em que buscam melhores condições de vida.

Figura 3 – Imagens da sala de aula e dos espaços para aulas práticas da EFA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015/ Foto da autora.

Acrescenta-se que, além do exposto, ainda existe a pluriatividade intersetorial, na qual muitos professores e funcionários da escola, além de atuarem na docência e/ou atividade administrativa, também optaram por trabalhar com a agricultura em suas propriedades. Há, ainda, uma parcela dos alunos que ao concluir o curso, presta concurso e retorna à própria instituição como professores e/ou agentes administrativos. O quadro de funcionários da escola também é composto por professores licenciados pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que vieram de outras cidades do interior da Bahia para trabalhar em Anagé. Esses profissionais, bem como os demais, fixaram residência na zona rural de Anagé e Caraíbas, onde vivem e trabalham com a família na agricultura. Em depoimento, os ex-alunos/professores da instituição explicaram que os conhecimentos adquiridos na escola ajudam a manter a propriedade agrícola da família,

formando uma nova ruralidade na qual não se tem mais a intenção de abandonar o campo.

Na EFA de Anagé, além da pluriatividade relacionada ao setor de serviços, a pluriatividade para-agrícola é incentivada nas disciplinas de cooperativismo e associativismo. Essas disciplinas estimulam os alunos a produzirem, transformarem e comercializarem a matéria-prima local, valorizando essa produção. Dentre as atividades para-agrícolas desenvolvidas pelos alunos juntamente com suas famílias, em sua propriedade, estão a produção de mel, venda de embutidos derivados da carne de bode, temperos caseiros, doces em compota, entre outros.

Em resumo, após a conclusão dos estudos na EFA de Anagé, os filhos dos agricultores retornam para as propriedades familiares para pôr em prática os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na escola. Dessa forma, ao aplicarem as novas técnicas de manejo agrícola, dão continuidade, de forma inovada, ao trabalho dos pais e ao desenvolvimento da propriedade.

Origem do capital social das famílias da EFA de Anagé

Entre os pesquisados a manutenção coletiva da atividade agrícola se dá pela organização social das famílias que estabelecem entre seus membros redes de normas e confiança, o que facilitam a cooperação e a coordenação, em benefício recíproco. Foi constatado durante a pesquisa, que muitos chefes de família se orgulham de ter a posse da terra e de poder trabalhar conjuntamente com a nova geração que é formada por filhos(as), genros, noras, irmãos(ãs), netos(as) e parentes mais distantes, como primos(as) e tios(as). Os núcleos familiares que mantêm algum grau de parentesco, com seus membros trabalhando e residindo na mesma propriedade, havendo entre eles divisões de tarefas, cujas famílias trabalham em regime de cooperação umas com a outras.

Outro aspecto que chamou atenção e também foi relatado de que as famílias mantêm a agricultura como vínculo entre eles, mesmo desenvolvendo outras atividades. A prática da agricultura está associada a um conjunto de valores que agrega as famílias em redes de relações, cujos valores são passados de pai para filho. Na contemporaneidade, observam-se várias composições familiares constituídas pelos laços

da aliança. Enquanto a consanguinidade deixou de ser condição necessária, única e obrigatória; os valores afetivos, os laços estabelecidos entre si e as obrigações familiares passaram a determinar as relações familiares.

O núcleo familiar é formado por pai, mãe e filhos. A quantidade de pessoas que compõe a família também acompanha a lógica da família moderna, que tem passado por transformações e tem se organizado e reorganizado de novas maneiras, não se limitando ao modelo de família cujos membros compartilham a mesma residência. A nova ruralidade vivida no campo também admite padrões socioculturais semelhantes ou até mesmo idênticos aos da família urbana. A diminuição do número de filhos desses núcleos familiares é explicada, em parte, pela inserção da mulher no mercado de trabalho, em busca de melhores condições de vida, possibilitada pelo acesso à informação e aos métodos contraceptivos e todos acreditam que a educação é um propulsor de desenvolvimento e melhores condições de vida.

Considerações finais

Diante do contexto visto na Escola Família Agrícola e das reflexões sobre o capital social, pode-se concluir que a participação da comunidade em cursos de qualificação profissional, bem como a imersão e continuidade dos agricultores na escola indica que os atores sociais envolvidos veem no conhecimento uma alternativa para reduzir a desigualdade social.

Os agricultores também reconhecem a educação como um fator propulsor de desenvolvimento endógeno que repercute no crescimento econômico (como habilidades e produtividade) e também seus efeitos mais gerais (externalidades) como estímulo à descentralização, à democracia, aos direitos humanos, à estabilidade política, à saúde, à longevidade, à redução da pobreza e até da criminalidade e do uso de drogas, com efeitos, inclusive, sobre o meio ambiente, uma vez que o conhecimento é um elemento necessário para que o desenvolvimento possa ocorrer, já que “o nível educacional atua sobre suas capacidades para processar informação, localizar fatos relevantes, adquirir informações necessárias, determinar critérios para a tomada de decisões, e fazer seleções ou escolhas em situações de produção” (HANSEN, 2003, p. 2).

Enfim, pode-se concluir que a capacidade de inovar e a atitude criativa dos atores sociais (os agricultores) são fatores de extrema relevância no desenvolvimento econômico. Entretanto, o conhecimento em si, não é suficiente para gerar ou garantir o sucesso de projetos familiares. É necessária a sua aplicação, tornando-o tangível, além disso, é imprescindível saber aplicá-lo em projetos coletivos, bem como saber usá-lo na busca de oportunidades com vistas a um retorno positivo para o local.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. TEXTO PARA DISCUSSÃO. n. 630. Brasil. IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, fevereiro de 1999.
- CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. O enfoque em sistemas produtivos e inovação locais. In: T. FISCHER (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Bahia: Casa da Qualidade, 2002.
- EVANS, Mel; SYRETT, Stephen: Generating social capital? the social economy and local economic development. **European Urban and Regional Studies**, 2007. p. 17-59. Disponível em: <http://eur.sagepub.com/cgi/content/abstract/14/1/5>.
- FERRARI, Divan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina, 2003**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2003.
- HANSEN, Dean Lee. Educação e Desenvolvimento local. In.: **Cenários de Desenvolvimento local: Estudos exploratórios**. ed. Aracaju: Prefeitura de Aracaju, 2003, p. 97-125.
- MELO, Ricardo O. L. Sustentabilidade de Arranjos Produtivo de Cerâmica Artesanal do Município de Santana do São Francisco - SE. In.: LACERDA, Ricardo oliveira, MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico, as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOTA, Crisley Tatiana Dias. **Dinâmica Educacional de Vitória da Conquista e seus efeitos locais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe - Núcleo de Pós Graduação em Geografia. São Cristóvão - SE. Abril, 2011.
- MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia**, Brasília (DF), v.9, n.1, jan/abr 2008. p. 1-21.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In.: LACERDA, Ricardo oliveira, HANSEN, Dean Lee. **Desenvolvimento regional e local, velhas e novas questões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova economia**. Belo horizonte: 1997. p. 43-81.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Territórios vitoriosos, o papel das redes organizacionais**. SEBRAE, Garamond, 2007.

Recebido em: 15 de maio de 2018
Aprovadbbbbo em: 22 de junho de 2018

SOBRE A AUTORA

Gabriela Silveira Rocha é uma pesquisadora e professora brasileira vinculada líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e membro do Grupo de Pesquisa Geografia e transformações contemporâneas da UNEB. Ela possui experiência em geografia, com ênfase em geografia regional, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia da população, meio rural e ensino de geografia.